

PARA UMA EPISTEMOLOGIA BIOLÓGICA Crença como produção fisiológica em Nietzsche

Salomão Santana¹⁶⁶

Supondo que a verdade seja uma mulher — não seria bem fundada a suspeita de que todos os filósofos, na medida em que foram dogmáticos, entenderam pouco de mulheres? (BM, Prólogo).

Resumo

Seguindo o caminho contrário da epistemologia, Nietzsche procura fundamentar o nosso sistema de crenças em uma fisiologia pulsional, *Trieb*, e instintiva, essa concepção muda o paradigma tradicional de conhecimento. A concepção nietzscheana de conhecimento começa com uma pergunta fundamental: Quais são os fundamentos de nossas crenças? Qual a essência de nossas crenças? Essas perguntas nos levam a uma psicologia sem sujeito e orientada pelos afetos pulsionais.

Palavras-chave: fisiologia; pulsão; filosofia; psicologia.

Zusammenfassung

Dem entgegengesetzten Weg der Erkenntnistheorie folgend, versucht Nietzsche, unser Glaubenssystem auf eine pulsierende, Trieb- und instinktive Physiologie zu gründen, verändert diese Konzeption das traditionelle Paradigma des Wissens. Nietzsches Konzeption des Wissens beginnt mit einer grundlegenden Frage: Was sind die Grundlagen unserer Überzeugungen? Was ist das Wesen unserer Überzeugungen? Diese Fragen führen uns zu einer Psychologie ohne Thema und geleitet von pulsionalen Zuneigungen.

Schlüsselwörter: Physiologie, Trieb, Philosophie, Psychologie.

A atividade filosófica é uma atitude crítica por definição, essa se expressa através da reflexão, que também é definida como algo típico do fazer filosófico, do agir filosófico. Contrapondo-se àquilo que entendemos como postura inadequada, sem pensar, apressada, um modo de agir, de posicionar-se ou mesmo de proceder diante de algo sem examinar, a reflexão consiste em uma consideração atenta, um discernimento ou mesmo na consciência que se volta para si mesma. Nessa perspectiva, podemos afirmar que a crítica se completa com a reflexão. Refletir antes de agir, fórmula de uma boa atitude, seria a regra do agir filosófico. Essa dupla atitude, crítica e reflexiva, na filosofia manifesta-se de forma argumentativa:

A filosofia é uma atividade: é uma forma de pensar acerca de certas questões. A sua característica mais marcante é o uso de argumentos. A atividade dos filósofos é, tipicamente, argumentativa e crítica: eles inventam argumentos, ou criticam os argumentos de outras pessoas, ou fazem as duas coisas (Warburton, 1998, *apud* MENNA, 2020, p. 7).

166 Doutorando em filosofia pela universidade Federal de Sergipe – UFS.

A argumentação, por sua vez, visa sustentar controvérsias, pois para a filosofia toda discussão é uma disputa, uma procura pela explicação mais fundamentada em relação à solução de um problema. Argumentar é submeter a discussão ao tribunal final da razão, faculdade esta que não aceita a mera crença, uma crença que seja incontestável como fundamento de argumentação. Nesse sentido, devemos entender como crença a atitude pela qual afirmamos ou mesmo negamos a realidade ou a verdade de algo, embora não consigamos comprová-la racional e objetivamente. Portanto, podemos afirmar que o objetivo de toda argumentação filosófica é separar as crenças do conhecimento. A questão que pode ser colocada é: como uma crença atinge o grau de conhecimento?

Há uma clássica resposta de Platão no *Teeteto*: “o conhecimento é uma crença justificada”. Essa afirmação, ao que nos parece, desdobra-se em um problema, no mínimo, curioso: Como sabemos que possuímos um conhecimento e não uma crença? Podemos nos enganar quanto a isso? A essas questões se soma uma outra não respondida pela filosofia platônica; qual a natureza da crença? É imperativo diferenciar, discriminar a crença do conhecimento legítimo, pois “as crenças reinam. Por isso é válida, útil e importante toda tentativa de compreendê-las. E, principalmente, é válida, útil e importante toda tentativa de *avaliar* as crenças e distingui-las do legítimo conhecimento (MENNA, p. 3)”. Esse é o principal objetivo do presente artigo: investigar, a partir de Nietzsche, qual é a origem de nossas crenças.

Há tempos que as crenças constituíam o véu do sagrado, como uma prática de transcendência que afirma uma realidade ativa e presença constante no sujeito em sua experiência mística. Mas será que as coisas são bem definidas assim? Sabemos definir bem uma crença de um conhecimento verdadeiro? Uma epistemologia que procura apenas definir as fontes e as bases do conhecimento, a priori, toma esse conhecimento como fato, sem se questionar sobre que base tomamos esse conhecimento, ou mesmo se esse conhecimento não seria uma crença. Nesse sentido Nietzsche afirma:

Se não sabemos o que é o conhecimento, não podemos responder à pergunta se existe conhecimento. Muito bem! Mas se ainda não "sei" se existe ou pode existir conhecimento, não posso razoavelmente fazer a pergunta "o que é conhecimento (NF-1886,7[4]).

Nessa perspectiva sugerida pelo filósofo alemão, cria-se uma suspeita diante da própria noção de conhecimento, isso por uma questão de princípio; “[...] se não *soubéssemos* o que é o conhecimento, não poderemos responder à questão de saber se existe

conhecimento.” (NF – 1886, 7[4]), não saberemos que condições devem ser satisfeitas para que eu possa imputar a determinado saber o estatuto de conhecimento. Quase como um círculo vicioso, posso estar, sem saber, conhecendo crenças e crendo no conhecimento. Um outro problema surge daí; se eu já sei o que é conhecimento, eu posso questionar a sua legitimidade, pois a questão sobre o que é conhecimento não se sustenta uma vez que a resposta da pergunta já temos como algo dado e evidente.

Considerando a resposta dada por Platão, de que o conhecimento é uma crença justificada pela razão, compete-nos, então, determo-nos na questão central de toda essa problemática: em que, realmente consiste uma crença? Em um outro fragmento póstumo Nietzsche afirma: “Conhecer é julgar. Mas o juízo é uma crença de que algo é tal e qual! E não conhecimento!” (NF – 1886, 7[4]). Muito importante essa observação, pois revela que para o criador de Zarathustra, há crenças antes mesmo de elaborarmos previamente qualquer julgamento. Dessa forma, é possível enxergar, inicialmente, a validade da nossa afirmação: a crença é expressa em nossos juízos, ou dito de outra forma: o juízo é a expressão de nossas crenças. Neste sentido, Nietzsche nos orienta: “No Juízo se esconde uma crença de “tal e qual”, como se a *própria crença* fosse o fato mais próximo que podemos afirmar! Como é possível crer?” (NF - 1884 26[65]).

O plano aqui possui uma intenção clara: considerar que a natureza de nossas crenças se configura a forma como elaboramos e emitimos os nossos juízos. Ainda assim, para Nietzsche, entender como os juízos se confundem com nossas crenças e vice-versa, não revela natureza dessas crenças, não resolve o problema central.

Nessa perspectiva, crer é ter por certo algo, dar como verdadeira alguma coisa, do mesmo modo quando enunciamos ou declaramos um juízo, tomamos esse algo como um fato, como verdadeiro, que ele expressa ou evoca em suas proposições a verdade. Nessa perspectiva, o juízo, assim como a crença, enuncia a verdade de um fato ou, pelo menos, assim se pretende. O juízo pode ser tomado tanto como um ato mental quanto como uma proposição que anuncia esse ato; dessa forma, todo enunciado representa essa dupla: ato mental e as proposições que o expressam.

Neste ponto, podemos concluir que, para Nietzsche, o juízo e crença se confundem, mesclam-se, tornando-se quase a mesma coisa. Dessa forma, as crenças podem ser verdadeiras, assim como os juízos, contudo não podem ser demonstradas. Podemos afirmar que as crenças, por não serem demonstradas, mas anunciadas, são relativas ao engano, ao equívoco, aquilo que nos conduz ao erro. Por outro lado, a elaboração de um juízo, implica,

como no pensamento filosófico, uma atividade mais apurada, uma acuidade, algo que pode ser demonstrado.

Apesar de constatar que produzimos facilmente crenças diante das coisas, é possível também observar que se abandona facilmente uma crença, assim como um juízo, contudo as crenças são mais sedutoras: “A crença é baseada numa série de analogias: não se *enganem!* Onde o homem deixa de conhecer, ele começa a acreditar. Ele lança a sua confiança moral sobre este ponto e agora espera ser pago com salário igual [...] Quando se tem crença, pode-se renunciar a verdade” (NF - 1872-1873, 21[13]). Neste caso, a partir do fragmento póstumo citado, podemos constatar que a crença se opõe ao conhecimento e, com efeito, abandonamos facilmente o conhecimento por esperar demais dele e não das crenças. É possível, dessa forma, verificar que existe uma dimensão psicológica na forma como o filósofo trata o conceito de crença.

Desta forma, para Nietzsche cada crença já traz consigo uma outra crença que a antecede e forma. Quando se quer que a proposição de um juízo corresponda a uma verdade, não se está livre do fato de que, em sua base repouse uma convicção íntima, uma crença. Considerando as formulações metafísicas uma crença previamente estabelecida, Nietzsche procurará determinar o mecanismo psíquico que a torna atuante e, sobretudo, atraente. Nessa perspectiva, a crença também deve ser tratada como um fato psicológico e, como tal, estará presente em todas as produções humanas, como na ciência, na cultura e, inclusive, na filosofia. Seguindo essa linha interpretativa, podemos aqui afirmar que o conhecimento científico, bem como o filosófico baseia-se não numa crença religiosa, mas numa crença teórica.

A crença serviria como uma estratégia mental para preencher lacunas diante da interpretação do real: “Uma superstição interessante é que a crença pode mover montanhas, que um certo grau elevado de veracidade transforma as coisas de acordo com esta crença, que o erro se torna verdade se não houver dúvidas: isto é, a força de uma crença complementa a falta do conhecimento; o mundo torna-se como o imaginamos.” (NF – 1876, 23[185]) A crença constitui uma dupla interpretação: ativa, na medida em que se afirma com segurança o que se crê, e positiva, na medida que transforma o mundo em algo modelável conforme os próprios desejos e convicções. Dessa forma interpretamos o mundo a partir de nossos sistemas de crenças. Interpretar implica enxergar uma parcela da realidade, ou seja, uma perspectiva da realidade, e não a própria realidade; essa perspectiva, interpretação, que se apresenta, não deve ser confundida com a própria realidade: “o mundo é reconhecível: é

interpretável de diversas formas, não tem nenhum sentido por trás dele, mas inumeráveis sentidos e perspectivas” (NF – 1886, 7 [60]).

Um importante ponto de partida para a noção de interpretação em Nietzsche é a fisiologia. Transferindo para a fisiologia o terreno da interpretação, ele amplia muito o campo psicológico das crenças criando uma epistemologia biológica¹⁶⁷. Tendo como fio condutor a fisiologia, implica afirmar que não podemos fazer interpretações, a não ser aquelas das instâncias de nossos impulsos, uma vez que todas as manifestações em termos do querer, sentir, pensar e crer são expressões das relações dos impulsos entre si, e são essas relações que promovem as nossas interpretações:

São nossas necessidades que interpretam o mundo: nossos impulsos e seus prós e contras. Cada impulso é uma espécie de despotismo, cada um tem sua perspectiva, que ele desejaria impor como norma a todos os demais impulsos” (NF-1886, 7 [60]).

Dessa forma, os nossos impulsos, em sua luta constante, criam configurações que se manifestam em interpretações e, com efeito, em crenças. O criador do método genealógico analisa as produções literárias, assim como filosóficas, como fruto dessas configurações provenientes dos instintos, assim não percebemos nada da produção filosófica ou científica que não seja fruto dessa manifestação dominante dos impulsos. Na obra *Para Além do Bem e do Mal*, o filósofo afirma:

Depois de por muito tempo ler nos gestos e nas entrelinhas dos filósofos, disse a mim mesmo: a maior parte do pensamento consciente deve ser incluída entre as atividades instintivas, até mesmo o pensamento filosófico. [...] O pensamento consciente de um filósofo é secretamente guiado e colocado em certas trilhas pelos seus instintos (BM§3).

O mesmo procedimento é observado com todos os nossos juízos, uma perspectiva constituída pelos nossos impulsos (*Trieb*) e Instinto. Contudo, uma questão se impõe aqui: Se na base de nossas crenças e juízos estão nossas impulsões cuja interpretação ocorre, então quem interpreta? Em Nietzsche, não se deve buscar um sujeito que interpreta: “não se deve perguntar: “então, quem interpreta?” (NF, 1885, 2 [151]), atrás de um sujeito que guia as interpretações.

Nos fragmentos póstumos, escritos no outono de 1885 a outono de 1886, o nosso

¹⁶⁷ Nietzsche pode ser considerado, de muitas maneiras como tendo antecipado tentativas modernas de desenvolver uma biologia do conhecimento, uma epistemologia biológica. Uma das principais fontes do conhecimento de fisiologia e biologia de Nietzsche seja sem dúvida a *História do Materialismo* de F. A. Lange escrito em 1866.

filósofo afirma que são nossas necessidades, impulsos (*Triebe*) e afetos que interpretam. É muito importante, nesse ponto, explicar que o conceito de *Affekte*, (afeto) assume o estatuto de estratégia conceitual para combater a exigência metafísica de um sujeito por trás de toda ação. É de extrema importância entender por que Nietzsche afirma que os afetos são responsáveis por nossas interpretações. Os conceitos afeto (*Affekte*) e impulso (*Trieb*) são processos passageiros dos acontecimentos do corpo, ao vir – a – ser no mundo, e o “interpretar mesmo, enquanto uma forma da vontade de poder tem existência, mas não como um ‘Ser’, e sim como um processo, um devir como um afeto” (NF,1885, 2 [108]). Nesse sentido, nada podemos perceber de uma crença a não ser aquilo que nos afeta, que desperta nossos impulsos interpretativos.

Tomando essa perspectiva, podemos inferir que ao expressar uma crença assumimos, a priori, crenças que estão na base de nossa linguagem e perspectiva de mundo. Nesse sentido, possuir uma crença, por vezes, implica construir uma perspectiva, que possui em sua base juízos a partir de uma malha de crenças preestabelecidas que foram adquiridas e fixadas para orientar o comportamento em busca de sobrevivência.¹⁶⁸

Segundo Nietzsche, quando uma crença é aceita como verdade, não só se aceita que ela é a correspondência do juízo que expressa uma verdade, como também ela corresponde a um afeto que nos constitui e, com efeito, provisoriamente representa uma configuração impulsiva. Nessas reflexões, consideramos que

Os conceitos filosóficos individuais não são algo fortuito e que se desenvolve por si, mas crescem em relação e em parentesco um com o outro; (...) Onde há parentesco linguístico é inevitável que, graças à comum filosofia da gramática — quero dizer, graças ao domínio e direção inconsciente das mesmas funções gramaticais —, tudo esteja predisposto para uma evolução e uma sequência similares dos sistemas filosóficos: o encanto exercido por determinadas funções gramaticais é, em última instância, o encanto de condições raciais e juízos de valor *fisiológicos* (BM § 20).

O filósofo atribui a uma necessidade biológica que busca segurança nas informações do meio ambiente para sua sobrevivência a invenção da linguagem e o surgimento da gramática. Dessa forma, o juízo deve ser entendido como uma elaboração linguística de captação do meio que o cerca como garantia dessa sobrevivência. Sendo a linguagem, com efeito, resultado dessa necessidade imposta pela natureza, surge um sistema de códigos que lhe fornece as estruturas para adequar a realidade de acordo com sua estrutura gramatical.

168 Nesse sentido podemos afirmar que o que chamamos de conhecimento nada mais é que uma construção social que se produz na formação biológica que procura sobreviver na existência, dessa forma Nietzsche cria uma sociobiologia para fundamentar sua epistemologia fisiológica.

Assim, todas as nossas crenças, como toda a linguagem que usamos para expressá-la, constituem uma pluralidade de afetos, cujo efetivar-se representa um recorte limitado e representativo, em nossa gramática interpretativa, para fins úteis à vida gregária. O humano adquiriu a linguagem em seu processo de desenvolvimento biológico com a finalidade de sobrevivência, cuja expressão exteriorizada é produto da luta das pulsões (*Trieb*).

Para concluir nossa reflexão, é possível afirmar que a pesquisa científica assim como a filosófica é guiada por interesses que gravitam a conjunções e configurações desses impulsos que compõe nossas crenças e, com efeito, conhecimentos. Nietzsche sustenta que as investigações epistemológicas, filosóficas estão ligadas aos impulsos e afetos que as engendraram cujo fundamento é a nossa fisiologia, e isso cegou todos os sistemas filosóficos até então¹⁶⁹. Na obra *Para Além do Bem e do Mal* o filósofo declara:

Gradualmente foi se revelando para mim o que toda grande filosofia foi até o momento: a confissão pessoal de seu autor, uma espécie de memórias involuntárias e inadvertidas; e também se tornou claro que as intenções morais (ou imorais) de toda filosofia constituíram sempre o germe a partir do qual cresceu a planta inteira. De fato, para explicar como surgiram as mais remotas afirmações metafísicas de um filósofo é bom (e sábio) se perguntar antes de tudo: a que moral isto (ele) quer chegar? Portanto não creio que um “impulso ao conhecimento” seja o pai da filosofia, mas sim que um outro impulso, nesse ponto e em outros, tenha se utilizado do conhecimento (e do desconhecimento!) como um simples instrumento (BM §6).

A partir dessa compreensão, Nietzsche cria a sua psicologia das crenças atrelado a fisiologia e suas produções morais e de conhecimentos. Ao que parece, Nietzsche delimita a passagem da crença para o campo do conhecimento como um processo de utilidade biológica. Essa psicologia filosófica, como substituto de uma teoria do conhecimento, revela que não existe uma justificativa racional para as nossas crenças, devemos buscar os seus fundamentos em questões fisiológicas que sustentam as nossas crenças e conhecimento. É importante salientar que não havendo um fundamento último de nossas crenças e conhecimentos, não significa afirmar uma falência da ciência. Nietzsche propõe justamente o contrário, sua proposta é ampliar a perspectiva da noção de conhecimento, abrindo, assim uma nova abordagem para resolver o problema; uma abordagem psicofisiológica de nossas crenças e conhecimentos.

Debruçar-se sobre as crenças é encontrar nelas os fundamentos de todo e qualquer

169 Assim como Kant foi despertado do sono dogmático por Hume, Nietzsche foi despertado para os aspectos biológicos a partir de Darwin. Bem verdade, como alguns historiadores atestam, que a ideia de evolução, próxima da de Darwin, já estava presente na filologia e estudos sobre as origens da língua, antes mesmo da publicação da *Evolução das espécies* em 1859. O embate entre civilizações opostas, as línguas e dialetos de povos em que o mais forte domina assim como em uma célula em um organismo.

conhecimento, pois “não há conhecimento sem crença: não podemos saber uma coisa sem acreditar nessa coisa, o que equivale a dizer que a crença é uma condição necessária do conhecimento” (*apud* MENNA, 2020, p. 13), assim como também não podemos deixar de identificar, segundo Nietzsche, que o conhecimento é uma forma de crença que se originou em afetos e pulsões corporais. Ao estabelecer uma origem fisiológica para nossas crenças, o filósofo constitui uma perspectiva inovadora diante do conhecimento que tradicionalmente é concebido como uma prerrogativa eminentemente racional, essa perspectiva apresenta uma epistemologia biológica ou, dito de outro modo; uma epistemologia fisiológica, mas isso também é uma perspectiva.

Referências bibliográficas

ITAPARICA, A.L.M. “Nietzsche: crítica à metafísica como crítica à linguagem”. In: LIMA, M.J.S.; ITAPARICA, A.L.M. (Org.). *Verdade e linguagem em Nietzsche*. Led. Salvador: Edufba, 2014.

KSA *Kritische Studienausgabe*. Org. Giorgio Colli e Mazzino Montinari, 15 vols., Munique, DTV/ de Gruyter, 2ª ed., 1999. As referências aos *Fragmentos Póstumos* são todas dessa edição, elas serão indicadas pelas iniciais NF, algarismos arábicos à frente dos parênteses indicam a série dos fragmentos e manuscritos segundo sua cronologia, e os algarismos entre parênteses se referem ao número dos manuscritos constantes da referida série.

MARTON, Scarlett; Branco, Maria João Mayer; Constância, (Org.). *Sujeito, decadência e a arte: Nietzsche e a modernidade*. Lisboa: Tinta da China, 2014.

MENNA, Sérgio Hugo. “Crença”. In: *Apostila da Disciplina: Conhecimento e Linguagem*. Aracaju: [s.n.]: 2020.

NIETZSCHE, F. *Além do bem e do mal*. Paulo Cesar de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

WILSON, E. O. *Sociobiology: The New Synthesis*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1975.

KAUFMANN, W. *Nietzsche: Philosopher, Psychologist, Antichrist*. Princeton: Princeton University Press, 1968.

LANGE, F. A. *History of Materialism*. Iserlohn: Baedeker, 1865.

LORENZ, K. *Behind the Mirror: A Search for a Natural History of Human Knowledge*. London: Methuen. 1977.